

RECONHECIMENTO(S) FOTOGRÁFICO E PESSOAL COMO PRÁTICAS INQUISITORIAIS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA EMPÍRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*PHOTOGRAPHIC AND PERSONAL RECOGNITION(S) AS INQUISITORIAL
PRACTICES OF THE BRAZILIAN CRIMINAL PROCESS: REFLECTIONS
FROM EMPIRICAL RESEARCH IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO*

MARILHA GABRIELA GARAU¹⁻²

Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
marilhagarau@gmail.com

ISABELLA MESQUITA MARTINS³

Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
isabellamartins@id.uff.br

-
1. Este artigo é fruto da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Processo nº: E_25/2021.
 2. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais. Pesquisadora de Pós-Doutorado (FAPERJ NO-TA-10). Mestre em Direito Penal e Política Criminal. Mestre em Direito Constitucional. Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM) e ao Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública (LAESP), ambos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Currículo Lattes: [<https://lattes.cnpq.br/5726080821624933>]. ORCID: [<https://orcid.org/0000-0002-7421-4226>]. E-mail: marilhagarau@gmail.com
 3. Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da UFF. Bacharel em Segurança Pública e Social pela UFF. Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Conflito e Sociedade (NECSO/UFF), ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia e Direito (NSD/UFF) e ao Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM/UFRJ). Currículo Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/0550333314413267>]. ORCID: [<https://orcid.org/0000-0001-8735-6349>]. E-mail: isabellamartins@id.uff.br

Recebido em: 23.09.2022

Aprovado em: 05.12.2023

Último versão das autoras: 26.03.2024

DOI: [10.5281/zenodo.13684070].

ÁREAS DO DIREITO: Processual; Penal

RESUMO: O presente artigo é produto da pesquisa "Reconhecimento(s) fotográfico e pessoal como práticas inquisitoriais do processo penal brasileiro". A fim de refletir sobre protocolos utilizados pela Polícia Civil e reproduzidos pela Justiça Criminal do Estado do Rio de Janeiro são apresentados casos concretos, considerando o processamento e julgamento de crimes tipificados como roubo cuja prova central é o reconhecimento. Empiricamente, evidencia-se que a prevalência de práticas inquisitoriais é uma máxima que se reproduz e reforça estigmas raciais como estruturantes na forma como as instituições judiciárias mobilizam o reconhecimento pessoal e fotográfico. A metodologia inspirada pela Antropologia Jurídica busca problematizar discursos e práticas de atores no que tange à condução do processo de construção de verdade judiciária. Conclui-se que há prevalência de práticas inquisitoriais alavancadas por um processo de exclusão discursiva de determinados sujeitos morais estigmatizados, o que em termos objetivos exclui o pressuposto da presunção de inocência. A questão parece ser intrínseca à dinâmica processual, posto que a noção de que determinadas versões não são acreditáveis está diretamente relacionada à atribuição de presunção de veracidade das versões construídas em sede policial.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça criminal – Práticas institucionais – Reconhecimento de pessoas.

ABSTRACT: This article is the product of de research "Photographic and personal recognition(s) as inquisitorial practices in the Brazilian Criminal Process". In order to reflect on protocols used by the Civil Police and reproduced by the Criminal Justice of the State of Rio de Janeiro, concrete cases are presented considering the processing and trial of crimes classified as robbery whose central proof is recognition. The methodology inspired by Legal Anthropology seeks to problematize discourses and practices of actors regarding the conduct of the process of construction of judicial truth. It is concluded that there is a prevalence of inquisitorial practices leveraged by a process of discursive exclusion of certain subjects, which in objective terms excludes the presumption of innocence. The issue seems to be intrinsic to the procedural dynamics, since the notion that certain versions are not credible is directly related to the attribution of presumption of veracity of versions built in inquisitive phase.

KEYWORDS: Criminal justice – Institutional practices – Recognition of people.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Práticas institucionais reprodutoras da lógica inquisitorial. 3. Verdade judiciária, exclusão discursiva e representações sobre sujeitos morais. 4. Considerações finais. 5. Referências bibliográficas.